

Senhores
Abelardo de Oliveira Filho, Diretor Presidente
Walder Suniani, Superintendente Executivo
Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (AESBE)
SBN - Quadra 01 - Bloco B - Edifício CNC - Sala 201
70041-902 - Brasília-DF
Brasil

Ref.: Cooperação Técnica Não-Reembolsável
No. ATN/OC-12581-BR. Estabelecimento de
Parcerias entre Operadores de Serviços de
Saneamento do Brasil.

Prezados Senhores,

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”), entre a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (doravante denominado “Beneficiário” ou “AESBE”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário até o montante de US\$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil dólares dos Estados Unidos da América), que será desembolsado a débito das receitas líquidas do capital ordinário do Banco destinados ao AQUAFUND BID (doravante denominada “Contribuição”), para financiar a seleção e contratação de consultores necessários para a realização de um programa de cooperação técnica para apoiar o estabelecimento de parcerias entre operadores de serviços de saneamento no Brasil (doravante denominado “Programa”), descrito no Anexo Único deste Convênio. Salvo disposição em contrário neste Convênio, doravante o termo “dólar” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

O Banco e o Beneficiário acordam o seguinte:

Primeiro. Partes integrantes do Convênio. Este Convênio é integrado por esta primeira parte, denominada “Disposições Especiais”; pela segunda parte, denominada “Normas Gerais”; e pelo Anexo Único, aqui incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais define-se a hierarquia entre as partes e o Anexo Único acima referidos.

Segundo. Órgão Executor. A execução do Programa e a utilização dos recursos da Contribuição do Banco caberão ao Beneficiário (doravante denominado indistintamente “Órgão Executor” ou “Beneficiário”).

Terceiro. Condições prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado ao cumprimento, de maneira satisfatória para o Banco: (i) das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais; (ii) da apresentação pelo Beneficiário ou Órgão Executor de evidência de que conta com um sistema de informação financeira

e uma estrutura de controle interno adequados, aos quais faz referência o Artigo 12 das Normas Gerais.

Quarto. Reembolso de despesas a débito da Contribuição. Com a concordância do Banco, poderão ser utilizados recursos da Contribuição para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuam no Programa a partir de 7 de dezembro de 2010 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Quinto. Prazos. (a) O prazo para a execução do Programa será de 18 (dezoito) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 22 (vinte e dois) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro desse prazo será cancelada.

(c) Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com a concordância por escrito do Banco.

Sexto. Custo total do Programa e recursos adicionais. (a) O Beneficiário compromete-se a efetuar oportunamente, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, conforme seja o caso, os aportes requeridos à Contribuição (doravante denominados “Aporte”), para a plena e ininterrupta execução do Programa. O total do Aporte foi estimado no equivalente a US\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil dólares), a fim de completar a soma equivalente a US\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil dólares), custo total estimado do Programa, sem que estas estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais requeridos para a conclusão do Programa.

(b) O Aporte do Beneficiário será *in natura* e se destinará a financiar as categorias a ele debitadas, estabelecidas no orçamento do Programa que consta do Anexo Único.

Sétimo. Reconhecimento de despesas a débito do Aporte. O Banco poderá reconhecer como parte dos recursos do Aporte para o Programa as despesas efetuadas ou que vierem a ser efetuadas no Programa a partir de 7 de dezembro de 2010 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Oitavo. Moedas para os desembolsos. O Banco fará o desembolso da Contribuição em dólares ou seu equivalente em outras moedas conversíveis. O Banco, aplicando a taxa de câmbio indicada no Artigo 8 das Normas Gerais, poderá converter essas moedas conversíveis em outras moedas, inclusive a moeda local.

Nono. Taxa de Câmbio. Para efeitos do estipulado no Artigo 8 das Normas Gerais deste Convênio, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) (B) do referido Artigo. Neste caso, será aplicada a taxa de câmbio vigente no dia em que o Beneficiário,

o Órgão Executor, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a quem se tenha delegado a faculdade de realizar despesas, efetue os respectivos pagamentos em favor do contratante ou fornecedor.

Décimo. Uso da Contribuição. Os recursos da Contribuição só poderão ser usados para a seleção e contratação de consultores dos países membros do Banco. Em consequência, os procedimentos e as bases específicas das licitações ou de outras formas de contratação financiadas com recursos da Contribuição deverão permitir a livre concorrência de fornecedores de bens e serviços relacionados e de consultores desses países.

Décimo primeiro. Aquisição de bens e serviços relacionados. A aquisição de bens e serviços relacionados será feita de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-7 (“Políticas para a aquisição de bens e obras financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado “Políticas de Aquisições”).

Décimo segundo. Contratação de Consultores. A seleção e contratação de consultores deverá ser feita de acordo com as disposições estabelecidas no documento GN-2350-7 (“Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado “Políticas de Consultores”), que o Beneficiário declara conhecer e pela seguinte disposição:

- (i) O Beneficiário poderá utilizar o método estabelecido na Seção II e nos parágrafos 3.16 a 3.20 das Políticas de Consultores para a seleção de consultores baseada na qualidade e no custo; e qualquer dos métodos estabelecidos nas Seções III e V dessas políticas para a seleção de firmas consultoras e de consultores individuais, respectivamente. Para efeitos do estipulado no parágrafo 2.7 das Políticas de Consultores, a lista curta de consultores cujo custo estimado seja menor que o equivalente a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) por contrato poderá ser integrada em sua totalidade por consultores nacionais.

Décimo terceiro. Plano de Aquisições. Antes de se fazer qualquer seleção e contratação de consultores, o Órgão Executor deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco o plano de aquisições proposto para o Programa (doravante denominado “Plano de Aquisições”), que deverá incluir o custo estimado de cada contrato, o agrupamento dos contratos e os métodos de aquisição e seleção aplicáveis, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores. Este plano deverá ser atualizado a cada 12 (doze) meses ou conforme necessário durante a execução do Programa e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A aquisição de bens e serviços relacionados e a contratação de consultores deverão ser executadas de acordo com o Plano de Aquisições aprovado pelo Banco e suas respectivas modificações.

Décimo quarto. Revisão dos contratos. (a) Salvo determinação em contrário por escrito do Banco, cada contrato para a contratação de consultores será revisto *ex ante*, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores.

(b) A revisão *ex post* se aplicará a cada contrato não compreendido no inciso (a) deste Parágrafo Décimo Quarto, de acordo com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores.

Décimo quinto. Acompanhamento e Avaliação. (a) O Beneficiário deverá apresentar ao Banco os seguintes relatórios: (i) relatórios semestrais de andamento, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à finalização de cada semestre calendário; e (ii) um relatório final, dentro de 6 (seis) meses contados do término da última atividade do Programa, ambos em forma e conteúdo aceitáveis ao Banco.

(b) Os relatórios a que faz referência o inciso (a) acima deverão ser apresentados também ao conselho de administração e à diretoria do Órgão Executor, bem como aos seus membros.

(c) Será realizada uma auditoria técnica do Programa, em conjunto com a auditoria contábil-financeira a que faz referência o Parágrafo Décimo Sexto deste Convênio, nos termos acordados com o Banco.

Décimo sexto. Demonstrativos financeiros e outros relatórios. O Beneficiário compromete-se a que sejam apresentados, dentro dos prazos e durante o período estabelecidos abaixo, os seguintes relatórios:

(a) dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício fiscal do Órgão Executor e durante o prazo para desembolsos da Contribuição, as demonstrações financeiras auditadas do Programa. O último desses relatórios será apresentado dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data estipulada para o último desembolso da Contribuição.

Décimo sétimo. Disponibilidade de informações. O Beneficiário compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera alguma parte deste Convênio como confidencial ou delicada, ou que possa afetar negativamente as relações entre o Banco e seus países membros ou entre os clientes do setor privado e o Banco, caso em que o Beneficiário compromete-se a indicar as disposições consideradas como tais. De acordo com a política sobre disponibilidade de informações do Banco, este colocará à disposição do público o texto deste Convênio, depois que ele houver sido assinado e entrado em vigor, excluindo somente as informações que o Beneficiário houver identificado como confidenciais, delicadas ou prejudiciais às relações com o Banco, na forma indicada neste parágrafo.

Décimo oitavo. Comunicações. Todos os avisos, pedidos, comunicações ou notificações que as partes devam encaminhar-se em virtude deste Convênio serão efetuados por escrito e se considerarão realizados desde o momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no endereço indicado a seguir, a menos que as partes acordem por escrito de outra maneira:

Do Beneficiário:

Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (AESBE)
SBN - Quadra 01 - Bloco B - Edifício CNC - Sala 201
70041-902 - Brasília-DF - Brasil
Fax: +55 (61) 3326-4888

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

Nestes termos, solicito a V.Sas., como representantes do Beneficiário, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias originais de igual teor por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário.

Atenciosamente,

/a/

Fernando Carrillo-Flórez
Representante do Banco no Brasil

DE ACORDO:

ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE
SANEAMENTO BÁSICO ESTADUAIS (AESBE)

/a/

Abelardo de Oliveira Filho
Diretor Presidente

/a/

Walder Suniani
Superintendente Executivo

Data: 06 de junho de 2011

ANEXO ÚNICO

O PROGRAMA

Estabelecimento de Parcerias entre Operadores de Serviços de Saneamento do Brasil

I. Objeto

- 1.01** O objetivo do Programa é desenvolver uma plataforma de troca de conhecimento (WOP-Brasil, do inglês *Water Operator Partnership*) para apoiar os operadores brasileiros de serviços de saneamento no acesso às “melhores práticas” no setor.

II. Descrição

- 2.01** O Programa está estruturado em 4 (quatro) Componentes:

Componente 1: Parceria (*Twinning Arrangements*) entre operadoras de serviços de saneamento

- 2.02** Este componente inclui as seguintes atividades:

- (a) Identificar e organizar um grupo de empresas prestadoras de serviço de saneamento de sucesso ou extraordinárias com as histórias de "melhores práticas" que valham a pena replicar em outras empresas de saneamento no país e na região. Auxiliar na identificação de beneficiários de parcerias para viabilizar as parcerias ou *twinning arrangements*. Prevê-se que, no âmbito deste componente, ao menos 10 (dez) parcerias sejam celebradas no âmbito do projeto.
- (b) Auxiliar na organização de seminários com o objetivo de promover e coordenar parcerias entre os operadores desses serviços, de acordo com seus pontos fortes e fracos previamente identificados. A previsão é de que sejam organizados ao menos 2 (dois) workshops a fim de viabilizar as parcerias.
- (c) Coordenar e apoiar as parcerias por meio de monitoramento e da assinatura de memorandos de entendimento entre os parceiros. Fazer o acompanhamento das parcerias e promover a elaboração de relatórios pelos operadores participantes.

Componente 2: Promoção de boas práticas a partir de um processo de capacitação

2.03 Este componente inclui as seguintes atividades:

- (a) Coordenar e apoiar as parcerias por meio de monitoramento e da assinatura de memorandos de entendimento entre os parceiros. Fazer o acompanhamento das parcerias e promover a elaboração de relatórios pelos operadores participantes.
- (b) Auxiliar na organização de seminários temáticos que deverão ter, na medida do possível, como anfitrião o operador promotor de boas práticas em uma determinada área para que possa disseminar o conhecimento na área específica (ou seja, água não contabilizada, eficiência energética, gestão comercial, etc.) e promover a criação de centros de capacitação sobre temas específicos que possam ser centros de excelência nacional e regionalmente. Prevê-se que ao menos 4 (quatro) workshops sejam realizados.

Componente 3: Gestão, Administração e Captação de recursos

2.04 Este componente inclui as seguintes atividades:

- (a) Para realizar essa atividade a AESBE vai contratar uma pessoa para coordenar o programa e administrar, acompanhar e promover a WOP-LAC no Brasil. As responsabilidades desta pessoa irá incluir, entre outras coisas: (i) o estabelecimento e a promoção de alianças estratégicas com outras entidades e redes (incluindo organizações internacionais, bancos de fomento e setor privado) para promover e desenvolver o Programa WOP-LAC-Brasil, e (ii) a identificação de fontes alternativas de financiamento para garantir a sustentabilidade financeira da WOP-LAC no Brasil. Esta atividade particular dará viabilidade a longo prazo para a WOP-Brasil, quando da conclusão da KCP.

III. Custo do Programa e Orçamento

3.01 O custo estimado do Programa é o equivalente a US\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil dólares), segundo o seguinte orçamento:

Custo e financiamento

(em US\$)

CATEGORIAS	BANCO	LOCAL
Componente 1:	90,000	60,000
• Arranjos compartilhados (20 arranjos/acordos)	90,000	60,000
Componente 2:	69,000	46,000
• Promoção das Melhores Práticas (8 workshops)	49,000	26,000
• Promoção das Melhores Práticas (5 estudos de caso)	20,000	20,000
Componente 3:	60,000	40,000
• Gestão e Captação de Recursos (Plano de Ação)	60,000	40,000
Sub-total	219,000	146,000
• Monitoramento e Avaliação	24,000	16,000
Total	243,000	162,000

IV. Execução

4.01 O Programa será executado pelo Beneficiário.

4.02 Este Programa é uma resposta às necessidades do País na melhoria da eficiência energética na operação dos sistemas de água e esgotamento sanitário, baseado nas experiências e no conhecimento das empresas brasileiras, encerrando assim a lacuna de conhecimento entre os grandes e estruturados operadores e os pequenos e pouco avançados. Ao longo dos últimos dez anos o Brasil realizou grandes investimentos em infraestrutura de água e saneamento, motivo pelo qual tais sistemas devem ser operados de forma sustentável e eficiente.

4.03 Os resultados e avanços da WOP-Brasil serão apresentados aos potenciais beneficiários (empresas estaduais de serviços de saneamento, operadores municipais de serviços de saneamento e os operadores privados de serviços de saneamento), por suas respectivas associações (AESBE, ASSEMAE e ABCON), a partir de seus meios de comunicação (páginas Web, Revistas e seminários).